



CASAMENTOS COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA.

José Lucas de Oliveira Silva (PIC/Uem), José Carlos Gimenez (Orientador),
e-mail: jcgimenez@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas Maringá,
PR.

Palavras-chave: Relações política, península ibérica, judeus.

Resumo:

Projeto realiza uma pesquisa sobre a importância da aliança matrimonial como estratégia política colocada em prática pelo monarca português D. Manuel (1469-1521, rei desde 1495). Devido à ausência de um herdeiro legítimo por parte D. João II (1455-1495, rei desde 1481), D. Manuel I, primo do rei, se tornou o 14º Rei de Portugal e, objetivando ampliar sua política externa, o novo rei efetuou três sucessivos casamentos para este fim. No entanto, devido a amplitude do tema, estudamos sobre a importância política do seu primeiro casamento, concretizado em 1497, com dona Isabel, filha dos Reis Católicos, e viúva do infante Afonso, filho único do monarca português D. João II. Dentre os diversos acordos entre Portugal e Espanha para a concretização dessa aliança, ficou estabelecido que o novo monarca expulsasse os judeus do reino de Portugal, como já fizera Castela em 1492. Outro tema importante discutido nessa pesquisa relacionado a essa aliança matrimonial foi a possibilidade de uma união ibérica sob um baluarte português.

Introdução

As alianças matrimoniais entre herdeiros das monarquias ibéricas fazem parte de uma estratégia política de longa duração. No entanto, ainda que





constantes, é importante compreendê-los no contexto histórico em que foram realizados, pois eles se alteram conforme as épocas. Ao estudarmos o primeiro casamento de D. Manuel I compreendemos o quanto ele foi importante para o estabelecimento das relações políticas não exclusivamente entre os reinos ibéricos, mas da mesma forma para as outras monarquias europeias.

Materiais e métodos

Pesquisa realizada por meio de revisão bibliográfica, e como fonte principal a análise Primária a Crônica de Damião de Gois.

Resultados e Discussão

Com a morte de D. João II, em 1495, D. Manuel transformou-se no primeiro Rei de Portugal que não descendia de Rei, o que fez com ele utilizasse de várias estratégias para ser reconhecido interna e externamente como legítimo rei.

Segundo Costa (2007), devido a ausência de uma infanta descendente direta da família real lusitana, D. Manuel I, ao ascender ao trono procurou reforça-lo casando-se com uma filha de reis, pois isto daria uma maior legitimidade e apoio a sua ascensão. Castela ao tomar conhecimento da aclamação de D. Manuel I como rei dos portugueses mandou uma embaixada a Portugal para oferecer como esposa ao novo rei a infanta D. Maria, no entanto o rei nega a oferta, e solicita D. Isabel, sua irmã mais velha, e viúva do príncipe Afonso de Portugal. Um pressuposto político para que D. Manuel I optasse por D. Isabel deu-se pela sua urgência em gerar um herdeiro para o trono, uma vez que D. Maria tinha apenas 14 anos, e a probabilidade que isso ocorresse era menor, já que D. Isabel tinha 26 anos. Outra conjectura era que D. Isabel era a segunda na linha de sucessão de Castela e Aragão, atrás apenas de seu irmão o príncipe João. Assim o rei se aproximava da herança de Castela e Aragão.

O casamento com D. Isabel foi turbulento e demorado, uma vez que só se concretizou mediante longas negociações políticas. Dentre os entraves estava a exigência de Castela para que D. Manuel expulsasse os judeus de Portugal. Para D. Manuel I expulsar os judeus de Portugal não consistia





apenas em retirar certo número de pessoas do reino. Era mais que isto, pois eles muito contribuíam para a economia do reino. Contribuição que se dava de forma muito variada. Segundo Silva (2007), em terras lusitanas, os judeus cultivavam a terra, eram artesões, comerciantes de uma gama muito variável de produtos. Para além das atividades produtivas, artesanais e comerciais, desempenharam um importante papel econômico exercendo atividades de empréstimo de dinheiro, coletores de impostos, e intermediários em diversas transações econômicas.

Uma possível união ibérica foi projetou-se com a morte do infante João em outubro 1497, único filho dos reis católicos a herdar Castela e Aragão. Com isso a descendência de varões dos reis Católicos havia se extinguido, tornando D. Isabel herdeira direta. A morte do irmão fez com que Dona Isabel e D. Manuel que fossem jurados como herdeiro, porém havia uma forte resistência por parte de setores da nobreza a indicação de Isabel como herdeira dos reinos, principalmente pela parte aragonesa que não aceitava sucessão por via feminina. Em 24 de agosto de 1498 enquanto D. Fernando ainda negociava com as cortes os possíveis destinos do reino de Aragão, D. Isabel deu a luz a um menino, Miguel de Paz, que se tornou herdeiro de Aragão Castela e Portugal. Ainda que os três reinos vissem no recém-nascido uma possível união ibérica, o projeto foi logo descartado, pois D. Miguel morreu prematuramente e, 29 de julho de 1500.

Conclusões

O projeto possibilitou várias indagações sobre o período, porém centramos a discussão sobre o casamento de monarca português D. Manuel com D. Isabel. Esta aliança matrimonial foi realizada com finalidades políticas e econômicas, mas igualmente de grande significado religioso quando o reino castelhano exigiu do monarca a expulsão dos judeus de terras lusitanas. No entanto, como nos evidenciam os autores aqui discutidos, os judeus eram parte importante da sociedade Portuguesa, e o rei não queria perder a cultura e a economia eles proporcionavam ao reino, mas por outro lado, o casamento com D. Isabel era imprescindível para D. Manuel que, não sendo filho de reis, legitimar seu reinado. Além disso, realizar uma aliança católica era de extrema importância, uma vez que a religião era um fator de mentalidade e de união entre os reis e os súditos, e a religião judaica sua maior oposição e algo a ser combatido por todos.





Referências:

GOIS, Damião de. **Chronica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel**. 4. Vol. Lisboa: Casa de Francisco Correa, 1566-1567, disponível em <http://purl.pt/14704>

OLIVEIRA E COSTA, João. **D. Manuel I**. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

SILVA FONSECA, Janaína Guimarães. **Modos de Pensar, Maneiras de Viver: Cristãos-novos em Pernambuco no século XVI**. Dissertação (mestrado)- Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual de Pernambuco, Recife, 2007.

